

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

TATHIANE RODRIGUES ROESE

**VISÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SOBRE O  
USO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO  
ENTRE ALUNOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

TATHIANE RODRIGUES ROESE



**VISÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SOBRE O  
USO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO  
ENTRE ALUNOS**

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Especialista na Pós  
Graduação em Gestão Ambiental em Municípios  
– Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu,  
Modalidade de Ensino a Distância, da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná –  
UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

MEDIANEIRA

2018



## TERMO DE APROVAÇÃO

Visão dos professores de educação especial sobre o uso da educação ambiental  
como meio de integração entre os alunos

Por

**Tathiane Rodrigues Roesse**

Esta monografia foi apresentada às **9h30min do dia 11 de agosto de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Marlene Magnoni Bortoli  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof<sup>º</sup> Dr. Thiago Edwiges  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Eduardo Borges Lied  
UTFPR – Câmpus Medianeira

A você, que sempre acreditou mesmo quando eu duvidava, meu amor e minha gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

À Eduarda e ao Johan, que mesmo sem entender muita coisa, foram a minha maior motivação.

Aos meus pais, por todo apoio e cuidados com meus filhos para que eu pudesse concluir o curso.

À Letícia e ao Daniel, que mesmo de muito longe sempre torceram por mim. Primeiros e grandes incentivadores. Köszönöm!

A minha orientadora professora Ma. Marlene Magnoni Bortoli pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradecimento especial aos professores das escolas visitadas que se disponibilizaram a responder o questionário, objeto importante para a realização desse trabalho.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele (...). É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”. (IMMANUEL KANT)

## RESUMO

ROESE, Tathiane Rodrigues. Visão dos professores de educação especial sobre o uso da educação ambiental como meio de integração entre os alunos. 2018. 34fls. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

As questões ambientais estão a cada dia mais em evidência no Brasil e no mundo governos sancionam leis e estudam maneiras de minimizar os impactos que a humanidade vem causando ao meio ambiente. Uma das maneiras mais simples e menos onerosa de criar uma consciência ambiental e, quem sabe diminuir impactos futuros, é ensinar as crianças a amar e cuidar do planeta. Uma das estratégias usadas para tal é a educação ambiental. Este trabalho procurou verificar como a educação ambiental é trabalhada com alunos de educação infantil, especialmente com alunos com necessidades educacionais especiais e as possíveis dificuldades encontradas pelos professores. Para isso contou com a participação de professores de seis escolas municipais de Foz do Iguaçu – Pr. Os professores responderam a um questionário que, após levantamento bibliográfico, foi analisado e os resultados da pesquisa mostraram que há grande interesse dos alunos nas aulas de educação ambiental e que eles são bastante participativos. Os professores recebem capacitação da Secretaria Municipal de Educação e apoio dos gestores escolares o que ajuda muito para que esse resultado seja alcançado.

**Palavras-chave:** Educação. Escola. Inclusão. Meio Ambiente.

## ABSTRACT

ROESE, Tathiane R. Special education teachers' vision of environmental education as a means to integrate special education into the educational system. 2018. 34fls. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Environmental issues are increasingly evident in Brazil and the world. Governments make laws and study ways to minimize the impacts that humanity has been causing to the Environment. One of the simplest and least burdensome ways to create environmental awareness and, perhaps, lessen future impacts is to teach children to love and care for the planet. One of the strategies used for this is Environmental Education. This work sought to verify how the Environmental Education has been working with primary school children, especially with students with special educational needs and the possible difficulties encountered by teachers. To do this it had the participation of teachers from six municipal schools of Foz do Iguaçu - PR. The teachers answered a questionnaire that, after a bibliographical survey, was analyzed and discussed.

**Keywords:** Education. School. Inclusion. Environment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Que se Deve Buscar com a Educação Ambiental .....	13
Figura 2 – Localização das Escolas Municipais Visitadas .....	21
Figura 3 – Como o Tema Educação Ambiental é Abordado pelos Professores.....	25
Figura 4 – Forma de Contato com Assuntos de Educação Ambiental .....	26
Figura 5 – Necessidades Educacionais Especiais Trabalhadas pelos Professores Pesquisados .....	27

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	11
1.1.1 Objetivos Específicos .....	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>12</b>
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	12
2.1.1 Breve história da Educação Ambiental.....	14
2.1.2 Educação Ambiental no Brasil.....	15
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	17
2.2.1 Educação Inclusiva no Brasil.....	18
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>20</b>
3.1 LOCAL DA PESQUISA .....	20
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	22
3.3 COLETA DE DADOS .....	22
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	23
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>24</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>31</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>344</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diariamente a mídia veicula reportagens onde o tema de preocupação central é o meio ambiente. Na maioria dos casos são problemas intimamente ligados a ações antrópicas, onde o homem contribui direta ou indiretamente com a degradação do meio ambiente.

Já é sabido que a educação num todo enfrenta grandes desafios como, falta de incentivos, falta de materiais adequados para aulas de qualidade, falta de cursos de aperfeiçoamento para os professores e até falta de remuneração adequada. Com a educação ambiental não poderia ser diferente. É um conteúdo que na maioria das escolas não ganha a devida importância e muitas vezes é trabalhado apenas como atividade extracurricular, em datas comemorativas e associado apenas ao ensino de Ciências e Biologia.

A educação ambiental não deve se restringir a apenas conteúdos das aulas de Ciências. Ela pode e deve ser abordada por todas as outras disciplinas de forma isolada ou em trabalhos interdisciplinares e durante o ano letivo inteiro em todas as modalidades de ensino, incluindo a educação especial.

As atividades lúdicas da educação ambiental podem favorecer o estímulo de habilidades nos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a integração com os demais alunos e comunidade, trabalhando a inclusão.

O meio ambiente tem passado por drásticas e contínuas mudanças ao longo dos anos. Muitas dessas mudanças têm como causa direta a ação do homem que, por falta de instrução ou informação, acabam favorecendo a degradação do ambiente. Trabalhar desde cedo com as crianças a educação ambiental, é uma maneira de criar uma consciência ambiental podendo, na melhor das hipóteses, diminuir impactos futuros.

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como a educação ambiental é vista pelos professores das escolas municipais quando se trata de trabalhá-la com alunos com necessidades educacionais especiais.

### 1.1.1 Objetivos Específicos

Levantar o nível de conhecimento dos professores a respeito da Educação Ambiental.

Identificar as práticas de educação ambiental aplicadas a alunos da Classe Especial.

Listar possíveis dificuldades da inserção da educação ambiental para alunos com necessidades educacionais especiais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação ambiental é um termo com inúmeras definições que variam de acordo com a interpretação e entendimento de cada indivíduo. Muitos acreditam que ela diz respeito somente a cuidados com os resíduos ou a ensinar como montar uma horta em casa, educação ambiental vai muito além disso.

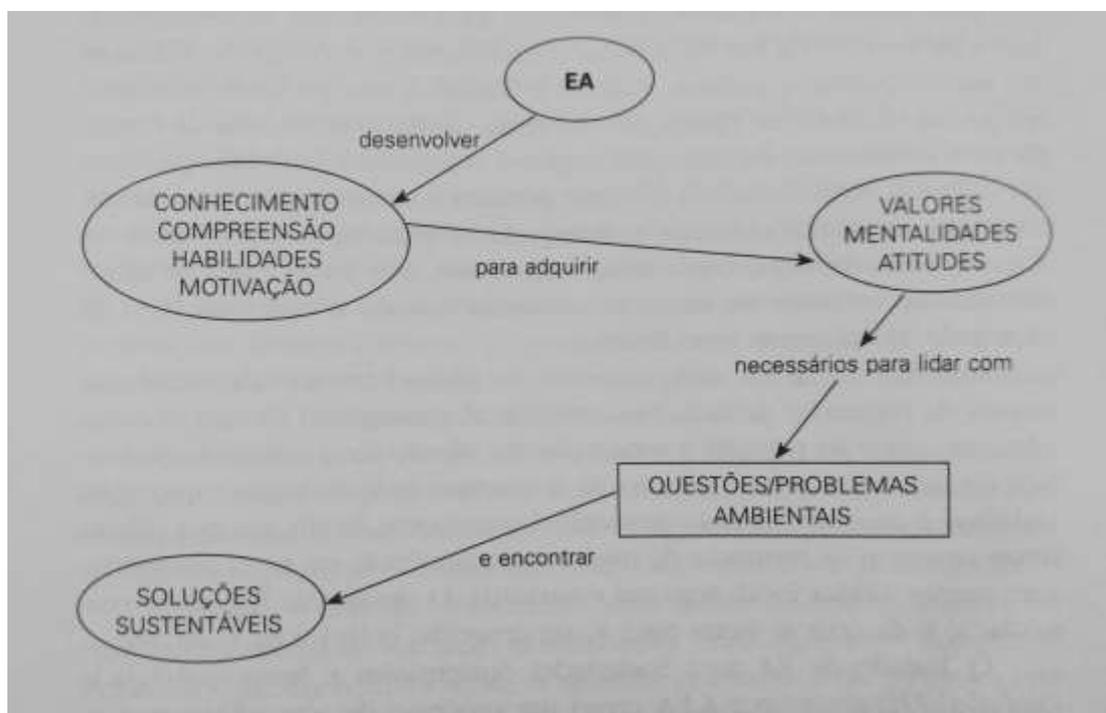
(...) a educação ambiental pode ajudar a tornar mais relevante a educação geral. Ela é mais do que um aspecto particular do processo educacional, e deve ser considerada uma excelente base na qual se desenvolvem novas maneiras de viver em harmonia com o meio ambiente - um novo estilo de vida. Deve dirigir-se a todos os membros de uma comunidade, no que diz respeito às necessidades e interesses das diferentes faixa etária e categorias sócio ocupacionais, e se adaptar aos diversos contextos socioeconômicos e culturais, considerando as desigualdades regionais e nacionais. (DIAS, 2004. p.148)

No Artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999 define educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”(BRASIL,1999).

A Conferencia de Tbilise (1977), Educação Ambiental foi definida como “processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida”. (DIAS,2004)

Dias (2004, p.100) acredita “que a educação ambiental seja um processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sustentabilidade”. A Figura 1 ilustra

um esquema com algumas ações para se trabalhar educação ambiental buscando soluções sustentáveis.



**Figura 1 – O Que se Deve Buscar com a Educação Ambiental.**  
 Fonte: Dias, 2004, p. 100.

Trabalhar a educação ambiental de forma contínua e despertar na sociedade a consciência de que a maioria dos impactos ambientais tem origem na ação do homem é fundamental para que essa mesma sociedade comece a se importar e a cuidar do meio ambiente e não há melhor lugar para que isso se inicie senão nas escolas.

Os trabalhos descritos envolvendo educação ambiental nas escolas são, em sua maioria, esporádicos, sem continuidade e muito simples. O caráter especificamente preservacionista prevalece e, em boa parte dos casos, o tema é tratado como atividade extraclasse, por meio de palestras (algumas com a presença da mídia), em “semanas” organizadas para tal fim (por exemplo, Semana das Águas) ou, ainda, em atividades fora da escola, em horários distintos dos destinados às aulas, mas sem relação direta com o currículo ou com as demais disciplinas. (BIZERRIL, 2001, p.59)

A forma que Bizerril (2001) descreve como é trabalhado a educação ambiental não é a mais adequada levando em conta a grande importância que tem o meio ambiente para a humanidade. Trabalhos pontuais e sem uma continuidade não demonstram aos educandos seriedade com que o tema deve ser tratado. Junto a

isso a falta de interesse ou de tempo dos professores de outras disciplinas que não as de Ciências e Biologia em abordar o assunto e teremos o descaso com que a Educação Ambiental é tratada em algumas escolas.

E são vários os motivos da dificuldade de se trabalhar um assunto interdisciplinar, dentre eles: 1) o medo de atrasar o conteúdo regular, 2) Falta de envolvimento do grupo de professores, 3) Dificuldade em se trabalhar um tema considerado “diferente” da disciplina ministrada, 4) Os alunos estão acostumados somente com aulas tradicionais “quadro e giz”, quando o professor propõe algo diferente, eles dizem que o professor está com preguiça de dar aula, 5) Falta de incentivo financeiro, 6) Falta de planejamento e de recursos da escola. (BIZERRIL, 2000)

Além disso, não existe uma fiscalização efetiva para verificar se os educadores estão abordando o tema educação ambiental com suas turmas.

A educação ambiental é a incorporação de critérios socioambientais, ecológicos, éticos estéticos, nos objetivos didáticos da educação. Pretende construir novas formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõe a realidade. (MEDINA; SANTOS, 2008, p.25)

### 2.1.1 Breve História da Educação Ambiental

Não é de hoje que a intervenção humana sobre o meio ambiente vem causando sérios prejuízos ao mesmo. A cada ano que passa a relação do homem com o local em que vive está se tornando cada vez mais nociva. Muito se fala e, na teoria, muito se tenta fazer para minimizar esses problemas.

Cada país lida de forma particular com suas questões ambientais e todos concordam que a Educação Ambiental é o caminho para reduzir efetivamente a degradação do meio ambiente.

Dias (2004, p.122) afirma que “a educação ambiental deve favorecer os processos que permitam que os indivíduos e os grupos sociais ampliem a sua percepção e internalizem, conscientemente, a necessidade de mudanças”.

Foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, que a problemática ambiental ganhou visibilidade mundial e as discussões envolvendo a educação ambiental passaram a ser mais frequentes.

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (Princípio 19, Conferência de Estocolmo, 1972).

Em 1975 foi a vez do Encontro Internacional em Educação Ambiental, promovido pela UNESCO em Belgrado na antiga Iugoslávia, deixar a educação ambiental novamente em evidência. O documento formulado nesse encontro diz que a meta da educação ambiental é “formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados”. (CARTA DE BELGRADO, 1975)

Dois anos depois foi realizada a Conferência Intergovernamental de educação ambiental, em Tbilise (ex URSS), onde “a educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para resolução dos problemas concretos do Meio Ambiente, baseado em um completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta” (DIAS, 2004, p.98).

Foram inúmeros os eventos importantes a respeito de educação ambiental que serviram de base para a construção da educação ambiental no Brasil.

### 2.1.2 Educação Ambiental no Brasil

As primeiras Leis brasileiras sobre meio ambiente surgiram na Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 225, deixa claro que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” E para assegurar

esse direito, cabe ao Poder Público, entre outras ações “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino (...)”(BRASIL,1999).

A educação ambiental é prevista em Lei, em todos os níveis de escolaridade sendo um trabalho contínuo que deveria ser iniciado na Educação Infantil e se estender por toda vida acadêmica, o que muitas vezes não acontece devido a inúmeros fatores como condições sociais da população, falta de incentivo das escolas, falta de tempo dos educadores e até descaso por parte dos educandos.

Em 1991, o MEC junto com a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, promoveram o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para educação ambiental onde foram sugeridas adoção dos seguintes princípios norteadores para a educação ambiental:

- formação de opinião para a conservação da vida, em todas as suas dimensões, no planeta Terra;
- resgate da memória histórica, cultural, antropológica e geopolítica na perspectiva do exercício da cidadania e da participação na construção de uma sociedade justa e democrática.

A Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92 objetivou o debate sobre os problemas ambientais mundiais. “A Rio-92 teve o significado de consolidar de maneira duradoura na agenda internacional os temas do meio ambiente e sua constitutiva interligação com o desenvolvimento sustentável.” (LAFER, 2012, p. 184)

Lafer (2012, p. 183) ressalta ainda que durante a Rio-92 foram finalizados os principais documentos por ela aprovados: a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração sobre o Manejo, a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável de todos os Tipos de Florestas, e assinou-se a Convenção do Clima e a Convenção da Biodiversidade. Deliberação emanada da Rio-92 levou ao processo negociador que resultou, em 1994, na Convenção sobre o combate à desertificação.

No mesmo ano aconteceu em Foz do Iguaçu, PR, o I Encontro Nacional dos Centros de Educação Ambiental com a participação de coordenadores pedagógicos, técnicos dos centros de educação ambiental e dos departamentos do MEC nos Estados, técnicos das secretarias de educação e das universidades. Esse encontro teve o objetivo de discutir as propostas pedagógicas, metodologias para capacitação e para as atividades desenvolvidas nos Centros.

A Declaração de Brasília para a educação ambiental foi redigida na I Conferencia Nacional de Educação Ambiental no ano de 1997 após vários encontros regionais no país. Esse documento “procede-se a um minucioso diagnóstico da situação da educação ambiental no Brasil e emitem-se recomendações, visando a melhoria do seu processo de desenvolvimento (DIAS, 2004, p.180).

Até hoje e cada vez mais a educação ambiental é bastante discutida no Brasil e no mundo. A todo o momento surgem novas formas de abordagem do tema, novas propostas, novas técnicas não deixando de ser sempre um tema muito delicado que envolve vários preceitos e precisa de um tratamento cuidadoso.

## 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial, como modalidade de ensino, está presente em todos os níveis educacionais e realiza atendimento educacional especializado a alunos com necessidades especiais. Esse atendimento deve ser realizado em escolas regulares que atendam os princípios da educação inclusiva.

A educação especial é uma modalidade de educação escolar, um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (DIRETRIZES...,2001)

“A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos”. (ALONSO, 2013)

Conforme a Declaração de Salamanca (1994) sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas (...), independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”.

À medida que o sistema de ensino tradicional vai se modificando, a resistência que existe sobre o ensino inclusivo vai se desfazendo. “A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário.

Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade”. (ALONSO, 2013)

Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica. (DIRETRIZES..., 2001)

Alonso (2013) afirma que as mudanças são imprescindíveis atentando também para a formação dos professores para a inclusão que muitas vezes precisam estar preparados para lidar não só com os alunos, mas também com os pais. “A transformação de paradigma na educação exige professores preparados para a nova prática, de modo que possam atender também as necessidades do ensino inclusivo.”

### 2.2.1 Educação Inclusiva no Brasil

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu art. 208, inciso III, fala sobre o dever do Estado com a educação mediante garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” e diz no inciso VII, § 1º que esse atendimento é obrigatório e gratuito. Mas o que se verificava era um atendimento especializado, porém, separado da rede regular. “Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos.”(KASSAR,2011, p.62).

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (POLÍTICA..., 2008).

Esse cenário começou a mudar definitivamente em 1994 na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais que aconteceu na Espanha, quando surgiu o documento intitulado Declaração de Salamanca.

Essa declaração enuncia que diante do alto custo em manter instituições especializadas as escolas comuns devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (...) Sob o impacto desses documentos e dentro de um conjunto de políticas sociais, um discurso de “educação inclusiva” toma corpo no país, de modo que profissionais que atuavam na Educação Especial passam, pouco a pouco, a utilizar o termo “inclusão” no lugar da bandeira da “integração. (KASSAR, 2011, p.71)

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9.394 de 1996) veio pra firmar o que dizia a Constituição Federal sobre o atendimento educacional especializado. Ele deverá ser “gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1996).

Em seu Capítulo V, a LDB discorre sobre a educação especial. Alguns pontos são trabalhados, entre eles, no art. 58 é citado serviço de apoio especializado sempre que houver necessidade, para atender o aluno. E diz ainda que, o atendimento só deverá ser feito em classes, escolas ou em serviços especializados se não for possível a integração do aluno na classe comum do ensino regular.

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº13.146/2015) em seu art. 27 diz que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida,(...), segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL/LBI,13146/15) Com essa Lei, ficou assegurado o acesso a pessoa com deficiência à educação, tanto em rede pública como na rede privada além de proibir cobrança adicional se o serviço for prestado por instituição particular.

“A filosofia do Sistema da Educação Especial de Foz do Iguaçu é manter os alunos, ao máximo no ensino regular. Por isso há o incentivo para as Salas de Recursos, que atendem os alunos com distúrbios de aprendizagem no contra turno.” (PMFI)

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se pela realização de uma pesquisa, definida por Gil (2002, p.17) como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” que foi realizada com professores que atendem alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino do município de Foz do Iguaçu, através de questionário elaborado com perguntas discursivas sobre a temática educação ambiental e educação inclusiva.

#### 3.1 LOCAL DA PESQUISA

Está pesquisa foi realizada no Município de Foz do Iguaçu, Paraná. Foram escolhidas seis escolas municipais que têm, no seu quadro de alunos, crianças com necessidades educacionais especiais e participam da Classe Especial.

São elas:

Escola A: Escola Municipal Antônio Gonçalves Dias, localizada na Rua Purus, 234 – Campos do Iguaçu.

Escola B: Escola Municipal Belvedere, localizada na Rua Guaraqueçaba, 300 – Jd Belvedere.

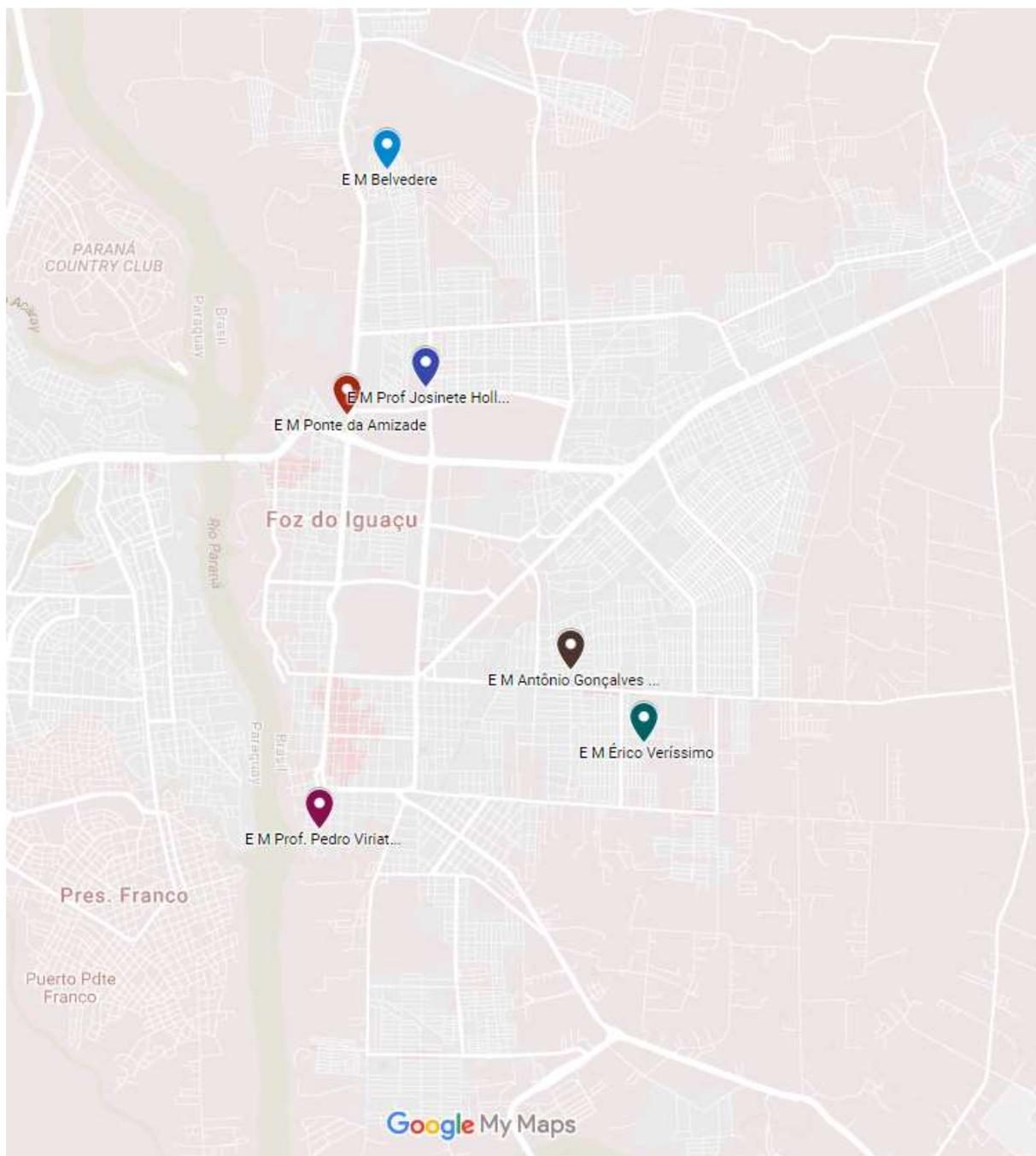
Escola C: Escola Municipal Érico Veríssimo, localizada na Rua Jorge Sanwais, 4375 – Jd. São Paulo.

Escola D: Escola Municipal Ponte da Amizade, localizada na Av Tancredo Neves, 3159 – Jd Jupira.

Escola E: Escola Municipal Prof<sup>a</sup> Josinete Holler A. dos Santos, localizada na Av. Paraná, S/n – Vila A.

Escola F: Escola Municipal Prof<sup>o</sup> Parigot de Souza, localizada na Rua Benjamin Constant, 493 – Centro.

A Figura 2 indica no mapa a localização das escolas municipais visitadas em Foz do Iguaçu, PR.



**Figura 2 – Localização das Escolas Municipais Visitadas.**  
Fonte: Google Maps, 2018.

### 3.2 TIPO DE PESQUISA

O tipo de pesquisa utilizada foi a qualitativa que é definida por Gil (2002, p.133) como, “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”.

Previamente foi feito um levantamento bibliográfico seguido de uma pesquisa de campo com questionário direcionado aos professores que atendem alunos com necessidades especiais das escolas escolhidas.

“Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.201).

Foram expedidos 10 questionários para professores que trabalham na Classe Especial, nos períodos matutino e vespertino, das já citadas escolas municipais tendo retorno de 9 questionários respondidos integralmente.

### 3.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados é de grande importância para qualquer pesquisa.

Para está, o questionário utilizado foi o de Kraetzig (2008, Apêndice A), elaborado com 7 questões discursivas que abordou a temática Educação Ambiental e Educação Inclusiva. Um questionário, segundo Gil (2002, p.114-115) é “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” sendo “o meio mais rápido e barato de obtenção de informações” e (...) “garantir o anonimato.”

Após autorização da Secretaria Municipal de Educação e das direções das escolas, o questionário foi aplicado aos professores responsáveis pela Classe Especial de cada estabelecimento de ensino.

O levantamento desses dados durou aproximadamente 60 dias e nem todos os professores quiseram colaborar. Foram necessárias várias visitas às escolas escolhidas e muita insistência.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após levantamento bibliográfico condizente com a temática educação ambiental e educação inclusiva, os questionários foram recolhidos, numerados aleatoriamente de 1 à 9 mantendo o anonimato dos professores participantes e os dados foram organizados e analisados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário pretendia verificar o conhecimento dos professores da educação especial a respeito da educação ambiental, que conteúdos da educação ambiental esses professores utilizam em suas aulas e se há dificuldades na abordagem do tema com os alunos da Classe Especial.

A questão nº1 buscou saber o que cada professor entende por educação ambiental.

De forma geral, os professores demonstraram conhecimento sobre a temática. A maioria citou práticas voltadas à qualidade de vida e à sustentabilidade. O professor nº2 fala em “despertar nos alunos os cuidados com o meio ambiente”. Já P3 diz que a “Educação Ambiental é um processo de educação responsável pela formação de indivíduos preocupados com as questões ambientais”.

Entender sobre o assunto é o primeiro passo para aplicá-lo adequadamente aos alunos e a realidade local deve ser sempre considerada.

Na questão nº2, pretendia-se saber se o professor trabalha a Educação Ambiental e de que forma o tema é abordado.

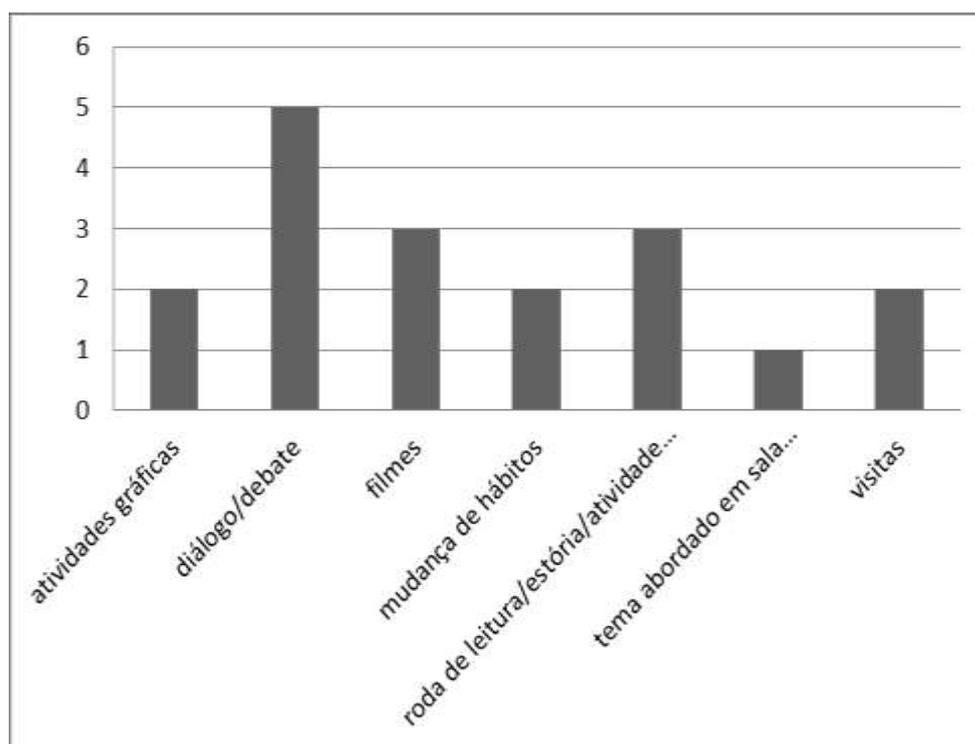
De acordo com as respostas dos questionários os professores P2 e P8 disseram não trabalhar o assunto diretamente com seus alunos da Classe Especial, pois o mesmo é abordado pela professora de Ciências da Natureza. Nesses dois casos, se houvesse um trabalho interdisciplinar, as aulas de Educação Ambiental não ficariam restritas apenas às aulas de Ciências da Natureza e o aluno teria uma opção a mais para entrar em contato com assuntos ambientais.

O P4 cita que Educação Ambiental “é uma ação educativa permanente, o tema é abordado em sala de aula em todas as disciplinas”. Como Dias (2004. p.117) expõe, “o enfoque interdisciplinar preconiza a ação conjunta das diversas disciplinas em torno de temas específicos. (...) Precisamos praticar Educação Ambiental de modo que ela possa oferecer uma perspectiva global da realidade e não uma perspectiva científica e biológica apenas”.

A resposta que apareceu com mais frequência sobre como o tema Educação Ambiental é abordado foi: diálogo/debate. O diálogo é a forma mais simples e a

menos onerosa que pode ser usada facilmente, em qualquer momento, assim que surge a oportunidade, porém não é a mais atrativa para as crianças que se interessam mais por aquilo que elas podem ver e tocar. Também foi bastante citado o uso de filmes e as rodas de leitura/estória/atividade lúdica.

Apenas dois professores citaram trabalhar Educação Ambiental através de visitas. Tirar as crianças do ambiente escolar demanda tempo, gastos com o deslocamento e cuidados especiais. Muitos professores preferem não arcar com essa responsabilidade já que pode ser bastante difícil cuidar desses alunos fora da escola, uma vez que eles podem ficar mais agitados do que normalmente ficariam numa aula convencional. Na Figura 3 tem-se o gráfico das respostas atribuídas pelos professores de como o tema educação ambiental é abordado com seus alunos.



**Figura 3 – Como o Tema Educação Ambiental é Abordado pelos Professores.**  
**Fonte: Autora, 2018.**

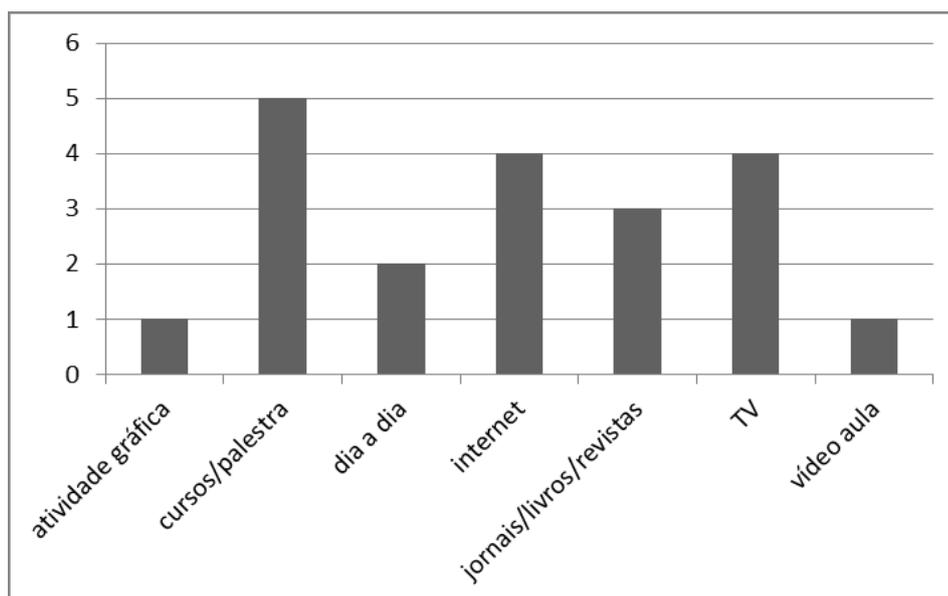
Não existe um modelo fixo para se trabalhar educação ambiental. Depende da percepção e sensibilidade do educador em abordar o tema mais relevante para seus alunos no momento.

A questão nº3 perguntou de que forma o professor tem contato com assuntos de Educação Ambiental.

Cinco professores citaram cursos/palestras e P2 frisa que “ano passado o município ofertou uma formação junto com o CEAI voltado para os alunos da Classe Especial. Foram realizadas atividades em sala sobre separação do lixo, reciclagem, compostagem entre outras”. CEAI é o Centro Municipal de Educação Ambiental do Iguaçu e o local onde esse curso foi ministrado.

A fim de obedecer a esta normativa (Lei 9795/99) e compreendendo sua importância, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu, a partir de 2013, vem implementando o curso de Educação Ambiental para professores da Educação Especial das escolas municipais e das instituições de ensino na modalidade de educação especial, intitulado “Educação Ambiental e Acessibilidade”. (PMFI)

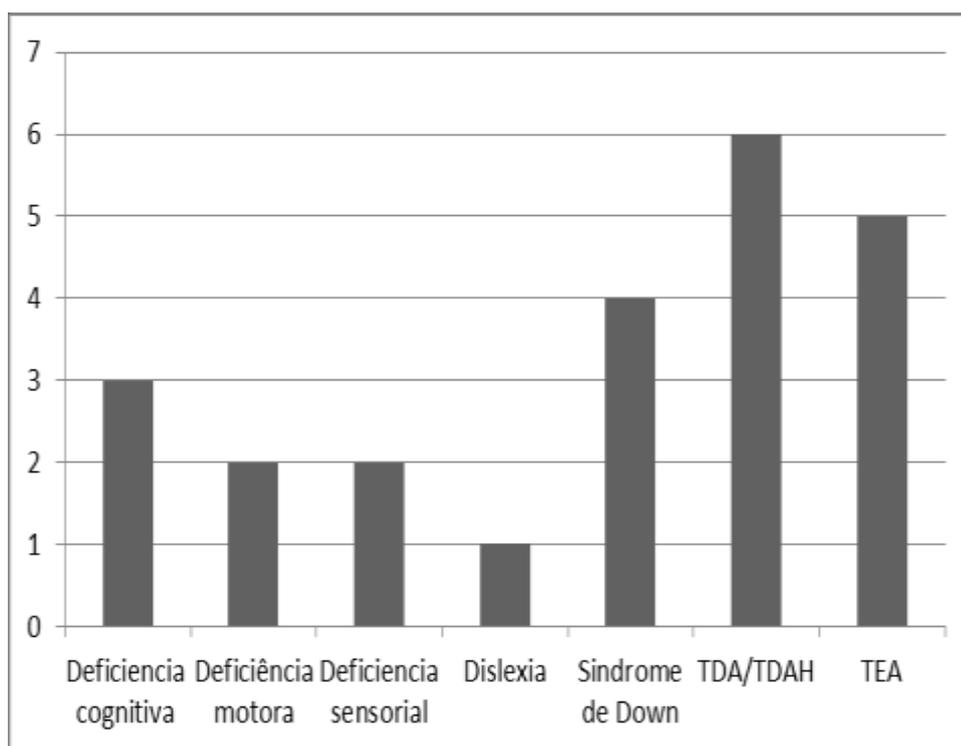
Internet e TV foram citadas por quatro professores seguidas de jornais/livros/revistas. São meios de fácil acesso e que todos tem contato no dia a dia. O professor P5 afirma que o contato com assuntos de Educação Ambiental se dá “quando os alunos e funcionários demonstram uma consciência ambiental com atitudes responsáveis em relação ao Meio Ambiente”, através de práticas do dia a dia. Na Figura 4 têm-se as respostas dadas pelos docentes qual a forma de contato com assuntos de educação ambiental.



**Figura 4 – Formas de Contato com Assuntos de Educação Ambiental.**  
**Fonte: Autora, 2018.**

A questão nº4 se referiu aos tipos de necessidades educacionais especiais existentes em cada classe.

Conforme verificado no gráfico (Figura 5), a maioria dos professores trabalha com alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com hiperatividade ou não (TDAH/TDA) e com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



**Figura 5 – Necessidades Educacionais Especiais Trabalhadas pelos Professores Pesquisados.**

Fonte: Autora, 2018.

Na questão nº5 foi perguntado o que era disponibilizado para o trabalho com inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

P3 diz que “as ações do atendimento educacional são definidas conforme a deficiência” e complementa dizendo que tem apoio em todos os sentidos da supervisão, direção e departamento de educação especial.

P5 cita que os alunos com necessidades educacionais especiais “estudam em salas regulares, participam de atividades na sala de recurso no contra turno e alguns contam com apoio de um estagiário solicitado pelo gestor à SMED (Secretaria Municipal de Educação)”.

Os demais professores citam jogos pedagógicos, livros, uso de computadores, cursos de capacitação e encontros para troca de experiências.

“Os professores devem ser incentivados a produzir o seu próprio material. Eles são os conhecedores mais efetivos da sua realidade”. (DIAS, 2004. p.114).

A questão nº6 perguntava como ocorre a interação entre os alunos quando o tema Educação Ambiental é abordado.

Todos os professores responderam que os alunos se interessam bastante pelo tema, gostam de participar e contar experiências.

“Os alunos se mostram muito interessados, principalmente ao trabalhar com atividades na prática”, declara P2.

“Eles gostam de participar, principalmente quando a atividade exige opinião individual”, escreve P3.

P7, P8 e P9 falam de alunos muito entusiasmados ao contar suas experiências.

E finalmente, a questão nº7 perguntava sobre a participação dos pais.

“A Educação Ambiental deve estar presente em todas as etapas, inclusive começando em casa, mesmo antes da pré-escola”. (DIAS, 2004. p.113).

Seis professores afirmaram que os pais participam quando solicitados, mas como P1 diz: (...) ainda há uma grande parcela que acredita que tudo é responsabilidade da escola.

Muitos pais não participam das atividades propostas pelas escolas, ou por falta de tempo ou de interesse. Não sabem a importância da sua presença para seus filhos, quer seja em atividades no ambiente escolar ou mesmo nas atividades designadas pelos educadores para serem feitas em casa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São notórios os desafios que a educação enfrenta em todo país. Os problemas vão de falta de estrutura a falta de capacitação profissional, cada região tem suas peculiaridades. “A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio”. (ROGALSKI, 2010)

Em Foz do Iguaçu, através dos professores pesquisados, verificou-se que em relação à capacitação, os professores estão bem amparados. Alonso (2013) diz que “para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores (...)”. O município oferece cursos na área ambiental e incentiva a participação dos educadores, o que reflete diretamente na qualidade das aulas. Isso é aferido através do entendimento de todos os envolvidos na pesquisa sobre o que é Educação Ambiental.

De acordo com os depoimentos dos professores, os alunos gostam das aulas sobre Educação Ambiental e se empenham em participar, principalmente quando podem contar suas experiências. Essas vivências são positivas para qualquer turma e nas turmas de educação especial elas podem atuar como formadoras de vínculos já que os outros alunos podem se identificar com a experiência contada pelo colega. É um momento em que podem interagir entre si. Gostam também quando, nessas aulas, há alguma atividade prática e provavelmente, esses são os momentos de maior fixação do conteúdo que está sendo passado a eles. Somente falar que não devem jogar lixo no chão, que precisam cuidar das plantas e dos animais não é tão chamativo para os pequenos, é preciso despertar o lúdico e é isso que os professores pesquisados buscam em suas aulas quando trabalham com jogos pedagógicos e com o auxílio de computadores, por exemplo. Tudo conforme o tipo de necessidade educacional dos seus alunos.

Certamente, o que é ouvido na escola, não fica só na escola. O que o aluno aprende ele passa para pais e familiares criando assim uma rede de conscientização da comunidade.

Num momento de tanta dificuldade pela qual passa a educação, esses professores conseguem fazer o melhor com o que possuem e transformar esses alunos em multiplicadores.

Deveria haver empenho maior do município em promover a Educação Ambiental, em todos os níveis de educação, já que Foz do Iguaçu é mundialmente conhecida como destino ecológico.

Muito ainda precisa ser feito em relação à Educação Ambiental e à Inclusiva, mas o pouco que é feito já demonstra bons resultados. (...) “deve-se entender a educação como um progresso dinâmico e flexível, que possibilite ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolver suas potencialidades, decidir sobre seus objetos e ações”. (ROGALSKI, 2010)

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação Inclusiva: foco nas redes de apoio. **Nova Escola**, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 28 out.2017.

BIZERRIL, M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a Educação Ambiental no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, 2001.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispões sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de Abril de 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/egiabre.cfm?codlegi=321>> Acesso em: 30 out.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 16 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 07 de Julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>

\_\_\_\_\_. **Declaração De Salamanca**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa portadora de Deficiência, 1994.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e praticas**. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

KASSAR, Mônica de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n.41, p.61-79, jul/set. 2011.

KRAETZIG, Juliana Mazzanti. **Educação Ambiental e Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais: uma prática possível**. 2008. 61f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

LAFER, Celso. O significado da Rio – 92 e os desafios da Rio+20. **Política Externa**, São Paulo, v.2, n.1, p.184, jun/ago, 2012.

LAKATOS, Eva M.;MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDINA, Nana Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo: ONU, 1972. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>> Acesso em: 28 de out.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Relação de Escolas da Rede Municipal de Ensino**. Disponível em: < [www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=13613](http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=13613)>. Acesso em: 28 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Educação Especial**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3D9f3de72b607caeb84fdfe85e1ad3?idMenu=1815>>. Acesso em: 1 de jul. 2018.

ROGALSKI, Solange M. História do surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**, Getúlio Vargas – RS, v.5, n.12, jul/dez, 2010.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **A Carta de Belgrado**: uma estrutura global para a educação ambiental. Belgrado: UNESCO,

1975. Disponível em:  
<[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt\\_belgrado.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf)>. Acesso em: 28 de out.2017.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: UTFPR, 2008.

## APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário para professores que trabalham com alunos com necessidades especiais. Conforme Kraetzig (2008):

- 1) Para você, o que é Educação Ambiental?
  
- 2) Você trabalha com Educação Ambiental? Como aborda o tema?
  
- 3) De que forma você tem contato com assuntos de Educação Ambiental?
  
- 4) Que tipo de necessidades educacionais especiais você tem em sala de aula?
  
- 5) Que tipo de apoio/conhecimento e/ou material pedagógico são disponibilizados para o trabalho com inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?
  
- 6) Como ocorre a interação dos colegas?
  
- 7) Como ocorre a interação dos pais?